

MULHERES CAMPONESAS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ASSOCIADO: EXPERIÊNCIAS E APRENDIZAGENS NA ARPEP

Laudemir Luiz Zart, Maria Neuza Machado Cabral

zart@unemat.br, neuzacabral19@gmail.com

Resumo. Este artigo resulta de uma pesquisa a partir da formação no curso de Pedagogia da Unemat na qual procuramos conhecer as experiências e as aprendizagens das mulheres camponesas vinculadas à Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP). Tivemos como objetivo perceber como as mulheres conseguem conciliar as atividades domésticas e participar de grupos coletivos, extrair os produtos da terra, produzir alimentos, ter uma formação profissional e organizar uma associação. A problematização que conduziu a reflexão foi o fato de percebermos que muitas mulheres, que vivem no campo, realizam diversas atividades, e estão inovando seus conhecimentos na busca por novas conquistas organizacionais. Esse cenário de implicações das mulheres despertou curiosidade de saber sobre a vida das mulheres camponesas, suas necessidades e realizações, como enfrentam os desafios diários? Para a realização da pesquisa fizemos a observação de campo e quatro rodas de conversa com mulheres trabalhadoras rurais e participantes da ARPEP. O trabalho teve como apoio teórico autores/as Freire (1987, 2020), Gadotti (2009), Fischer e Tiriba (2009) e Tiriba (2007). Os resultados condizem com a apresentação de cenários sociopolíticos e culturais que demonstram as possibilidades de organização e de conquistas de direitos e de condições econômicas pelas mulheres camponesas.

Palavras-chave. Mulheres camponesas, organização social, trabalho associado.

Abstract. This article is the result of research based on training in the Pedagogy course at Unemat, in which we sought to learn about the experiences and learning of peasant women linked to the Regional Association of Extractivist Producers of the Pantanal (ARPEP). We aimed to understand how women manage to reconcile domestic activities and participate in collective groups, extract products from the earth, produce food, have professional training and organize an association. The problematization that led to the reflection was the fact that we realized that many women, who live in the countryside, carry out various activities, and are innovating their knowledge in the search for new organizational achievements. This scenario of implications for women aroused curiosity to know about the lives of peasant women, their needs and accomplishments, how do they face daily challenges? To carry out the research, we carried out field observation and four conversation circles with rural women workers and ARPEP participants. The work was theoretically supported by the authors Freire (1987, 2020), Gadotti (2009), Fischer and Tiriba (2009) and Tiriba (2007). The results are consistent with the presentation of sociopolitical and cultural scenarios that demonstrate the possibilities of organization and conquest of rights and economic conditions by peasant women.

Keywords. Peasant women, social organization, associated work.

1. Introdução

O tema desenvolvido é a compreensão do processo de organização das mulheres camponesas no trabalho associado, com foco nas experiências e nas aprendizagens da Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) no município de Cáceres - MT.

Objetivamos descrever e explicar a vida das mulheres camponesas em busca de melhorias, de qualidade de vida e sua inclusão na sociedade. Como essas mulheres agem para conciliar o trabalho no campo, os cuidados com a família, com a casa, a organização e a participação de associações. Observamos suas rotinas para dar conta de fazer múltiplas funções em seus ambientes rurais, e ainda quando precisam diariamente participar das ações da associação. Buscamos compreender o que as mulheres camponesas enfrentam no dia a dia para organizar uma associação e terem a possibilidade de aprendizagem, de produzir, de beneficiar e comercializar seus produtos extrativistas. E para isto procuramos conhecer a realidade das mulheres e identificar as práticas diárias em busca de melhorias familiares, acompanhamos suas buscas e anseios por formação profissional, conhecimentos e no exercício de seus direitos. Entendermos se o que elas estão fazendo realmente favorece suas buscas para o desenvolvimento, crescimento e melhorias da qualidade de vida.

2. Metodologia

A metodologia de abordagem histórico-dialética, na esteira da interpretação de Triviños (1987), buscou descrever e explicar os processos sociais contraditórios das atitudes e das representações sociais da cultura patriarcal em contraposição ao movimento de superação de sistemas de medo para as convivialidades de inserção e de participação.

Para alcançar os resultados almejados realizamos revisão bibliográfica para apreender os movimentos sociohistóricos que constituíram os cenários nacionais das lutas das mulheres camponesas para a reversão das opressões para a efetividade dos processos educacionais e organizacionais libertadores. As configurações locais das presenças das mulheres camponesas foram entendidas com a pesquisa documental e quatro rodas de conversas com os grupos de coletivos que integram a ARPEP.

Sistematizamos as práticas sociais e os depoimentos das mulheres camponesas que foram observadas, a partir das respostas anotadas em caderno de campo nas inserções com os grupos investigados. As análises auxiliam na compreensão da realidade das mulheres

camponesas nas atividades cotidianas de cuidados com a casa, a formação e a organização no trabalho associado. A reflexão está voltada para os contextos dos movimentos sociais e em especial as mulheres camponesas associadas da ARPEP.

3. Resultados da investigação

Analisamos as experiências e as aprendizagens das mulheres camponesas na organização do trabalho associado. O campo de análise empírico-histórico é a ARPEP, uma associação formada por quatro coletivos de mulheres que se organizam em torno do trabalho associado. Há o grupo Amigas da Fronteira no Assentamento Corixinha e Araras do Pantanal do Assentamento Sadia, ambos no município de Cáceres/MT, na divisa com a Bolívia. O grupo Margaridas no Assentamento Margarida Alves no município de Mirassol do Oeste. E o grupo Frutos da Terra da comunidade tradicional Nossa Senhora da Guia de Cáceres. A associação possui quatro unidades de beneficiamento de frutos do cerrado, uma de pequi, duas de babaçu e uma de cumbaru, transformados em pães, bolachas, mesocarpo e licores enriquecidos. A atuação da ARPEP faz com que os grupos organizados de mulheres tenham visibilidade no campo, especialmente por terem acesso a programas governamentais e seus benefícios.

A direção da ARPEP é colegiada e formada por mulheres provindas dos grupos que a compõem. Além da diretoria da associação, cada grupo tem sua coordenação. O objetivo é buscar a estabilidade das unidades organizativas por grupos de mulheres nas atividades da agroecologia e do extrativismo sustentável. A ARPEP tem recebido apoio e assessoria de diversos órgãos, dentre elas a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/Regional de Mato Grosso (FASE/MT), Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Cáceres (STTR). Esses apoios têm sido primordiais no processo de capacitação das mulheres na produção, processamento e comercialização dos frutos do cerrado.

A organização de coletivos de mulheres e a associação, é a expressão da experiência que se constituiu nas lutas sociais, em seus ambientes de trabalho e pelas necessidades que as mulheres camponesas descobrem a importância da busca por novas formas de organização social. Estas que muitas vezes se esbarram em fatores que podem influenciar nos seus relacionamentos familiares e em suas lidas, já que em algumas ocasiões elas precisam se deslocar de seus ambientes de residência e trabalho para poder encontrar a oportunidade de formação e de organização. Quase sempre existe algo que

possa atrapalhar suas escolhas ou mesmo fazê-las desistir de seus objetivos. Como afirmam as palavras de Freire “o medo da liberdade, de que necessariamente não tem consciência o seu portador, o faz ver o que não existe. No fundo, o que teme a liberdade se refugia na segurança vital” (FREIRE, 1987, p.12).

Os obstáculos encontrados nos caminhos das mulheres são influências decisivas para suas escolhas. O medo de arriscar-se com o diferente, pesa muito em suas decisões já que viveram de forma “segura”, ou que ao menos assim acreditavam. Estar ali sem precisar correr atrás, ter sempre as mesmas coisas, sem muitos riscos, é mais cômodo. Pensar nos filhos, esposo, trabalhos e a necessidade de novas tentativas trazem o medo e a insegurança de buscar outras conquistas. Esse medo inconsciente e disfarçado de preocupação, que as faz recuar e se refugiar no seu mundo “sem perigos”, sem riscos, sua zona de conforto, mas também sem novas mudanças. E é aí que as mulheres camponesas que observamos e acompanhamos, ao ficarem atentas, começaram a questionar e pensar no que elas querem e precisam realmente, para dar um novo passo. Elas deixam de lado, ou enfrentam, todas as forças que as oprimem, e que em situações de medos e de fragilidades momentâneas, as fazem pensar em voltar atrás em suas decisões tão necessárias para tornar suas vidas melhores e menos sofridas. Mas a altivez e as decisões políticas são pela continuidade, a busca constante pela reprodução ampliada da vida. Vida na qual as mulheres acolhem e abraçam a todos os seus, e põe na caminhada da aprendizagem e na organização, as expectativas de mudanças e melhorias, que as fazem balançar os corpos, as ideias e fazem sonhar.

As mulheres aprenderam que às vezes é necessário sacrificar algumas coisas em benefício de outras, mas que depois o sacrifício, a dedicação e a participação se tornam processos de superação de medos opressores e novas conquistas humanizadoras. Com isso é importante ressaltar nas colocações de Freire dizendo que “daí, a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica no reconhecimento crítico, na “razão” desta situação, para que através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure outra, que possibilite aquela busca do ser mais”. (FREIRE, 1987, p. 18).

É com o reconhecimento dos problemas, das necessidades e das potencialidades coletivas, que é possível buscar maneiras de fazer da situação de opressão uma metodologia social e pedagógica que leve as ações de transformação. Reconhecer as situações opressoras e os engajamentos em organizações associadas, geram situações para

as mulheres superarem os obstáculos. São reforços em atitudes concretas, encorajadoras para se mobilizar e participar e construir coletivamente os seus sonhos e objetivos. A inserção em coletivos de mulheres é a experiência pedagógica e política que torna real e acessível resultados de toda luta política e cultural de autoorganização, são as conquistas ao alcance das mãos, caminhos para a superação dos sistemas de opressão para a construção social de realidades libertadoras.

As mulheres camponesas inseridas vivenciam outras realidades, nas quais as lutas de negação de relações patriarcais e de proposição de igualdades são constantes. A processualidade da caminhada produz resultados satisfatórios, que fazem a diferença, mesmo que a longo prazo, mas que sejam reais e significantes nas vidas das mulheres e das famílias.

A organização de coletivos das mulheres camponesas, produzem aprendizados que tem transformações, simbolizando que a participação vale os esforços, empenhos e dedicação na elaboração e socialização de conhecimentos emancipatórios, desfazendo culpas e julgamentos injustos. Os compromissos coletivos projetam que as mulheres envolvidas nas realidades de organização e de aprendizados, tenham benefícios e cresçam juntas. Apoiando umas às outras, servindo de exemplo para que muitas outras mulheres também entendam que é possível, quando se tem objetivos comuns, não se deixam abalar por coisas e conflitos que as puxem para trás, que causam medo.

Quando alcançam os sentimentos do cuidado e a consciência da inserção e dos direitos das mulheres, a partir daí, enxergam que as dificuldades nem sempre são desfavoráveis. As ambiências de aprendizados possibilitam perceber que há situações culturais e de representações sociais, que são elas mesmas, as mulheres, que as criam, por inseguranças desnecessárias, que foram incorporadas e que as bloqueiam. Para a pessoa que nunca tentou dar nenhum salto diferente, é considerado até impossível diante das divergências culturais, de representação social de papéis historicamente construídas. Mas quando elas estão inseridas em ambiências reflexivas e conscientizadoras, conseguem ver que todo os problemas não passam de conformismos, que são convenções culturais, por isso feitas na história, elas conseguem enxergar novos horizontes, inseridas e compromissadas, passam a perceber as relações sociais como mutáveis, tornam-nas capazes de mudar a realidade, de uma situação desfavorável, ao crescimento político e intelectual, de mulheres com medo para mulheres ousadas, de mulheres silenciadas em

mulheres com vozes, participativas e democráticas. Crescimentos esses que só são possíveis quando há a entrega, a inserção, a disposição para a mudança de percepções e de atitudes.

4. Discussão: mulheres camponesas na organização, nas lutas e nas esperanças

Observamos que muitas mulheres sofrem com o anonimato, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Com a cultura patriarcal, uma cultura sexista que atinge a todos nós, como lembra hooks (2020), em que o homem, numa visão hierarquizada, é considerado o chefe da casa e da sociedade, e à mulher resta somente obedecer. Não tem sido uma batalha fácil para as mulheres descaracterizar a violência da hierarquia política e cultural de subalternização sexista. Uma das formas que as mulheres encontraram para desconstruir o paradigma patriarcal foi se reunirem em busca de sua independência e autonomia. Constatamos nas observações de campo, que as experiências de coletivos são geradoras de forças morais, éticas e intelectuais, nos movimentos e na organização que conseguem mostrar para a sociedade que as capazes de mudar realidades de dominação para a construção social de realidades de superação e de emancipação.

Para serem reconhecidas nos seus direitos, as mulheres precisam ter seus documentos, e foi então que perceberam que não os tinham, necessários para o exercício efetivo da cidadania. E pensaram então, de que maneira iriam provar suas existências, como trabalhadoras do campo e como cidadãs? Se até o momento a maioria delas estavam invisíveis perante a sociedade, como superar as barreiras de ocultamento? Foi então que nos idos de 1990 fizeram uma campanha nacional dizendo que, “nenhuma trabalhadora rural devesse ficar sem documentos”. Com o lema decidido as lideranças dos grupos percorreram o país, com o intuito de conscientizar e orientar as mulheres sobre a importância de ter suas documentações em mãos. Na esteira do pensar de Freire, podemos aferir que, para ser visto é preciso aparecer, “não é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade para mudar. Para mudar e de cujo processo se faz necessariamente sujeito também”. (FREIRE, 2020, p. 40). Na organização social, as mulheres afirmam-se sujeitas de direitos.

Para se sentirem completas e serem reconhecidas em seu ser interior, é necessário que sejam vistas e reconhecidas com identificações que as façam se sentir mais, visíveis, pois, assim serão capazes de correr atrás e mostrar para o mundo que são, existem e estão

aqui. Ser sujeitas da história é se presentificar. Assumir o protagonismo, ser voz ativa, propositiva e criadora da humanização das relações sociais.

Foi a partir da mobilização, sensibilização e conscientização que as mulheres camponesas documentadas, e conseqüentemente mais organizadas, descobriram que o modelo existente de agricultura convencional, e as relações de poder nela estabelecidas, não era bom para elas, pois, trazia transtornos com grandes endividamentos, doenças, discriminação de gênero, da raça e de classe, sem contar com a destruição do meio ambiente.

A obra coletiva de 2020, com o título, *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas*” as autoras retratam a consciência histórica gerada pelos movimentos e ações que levaram as camponesas a realizar amplos debates para discutir sobre a necessidade de criação e fortalecimento de dos direitos das mulheres à educação, à saúde, às identidades culturais, à participação política e econômica. Desdobram-se as reivindicações e as proposições aos projetos voltados a agricultura camponesa, baseado na agroecologia, que reconhecesse e valorizasse o trabalho e o conhecimento dessas mulheres.

Trabalho e conhecimento que foram experienciados e repassados de geração em geração. Esse debate se espalhou por todo o país, e assim as mulheres camponesas avançam Brasil afora, mostrando suas experiências com a organização, a conquista de direitos, a produção agroecológica, a economia solidária. Em termos mais gerais da luta das mulheres e da possibilidade de uma sociedade solidária, ou em “sistemas de participação” Eisler demonstra a necessidade de princípios organizacionais: “uma estrutura democrática e igualitária tanto na família como na sociedade”; “o abuso e a violência não são culturalmente aceitos, de modo que a confiança e o respeito mútuos estão mais presentes”; “igual participação de homens e mulheres”. E conclui, “esses valores são fundamentais para um sistema econômico que respalda as relações baseadas na responsabilidade, na solidariedade e no benefício mútuo”. (EISLER, 2008, p. 112).

Para a superação dos abusos e das violências, inventar espaços de relações sociais de confiança, mutualidade, igualdade, reponsabilidade e solidariedade, as mulheres do campo estão presentes em frentes de construção de movimentos e políticas sociais. As pautas sociopolíticas se ampliam, com as dedicações e inserções nas lutas sociais a favor das proibições dos usos de agrotóxicos, na produção de alimentos saudáveis, da

demarcação das terras indígenas e quilombolas, das lutas antirracistas, na defesa da sociobiodiversidade, na economia feminista, agroecológica e solidária.

Na articulação política nacional é ilustrativo e significativo a Marcha das Margaridas, simbólico e histórico, porque quando a violência do latifúndio calou a voz, pela morte de uma mulher em luta, a sindicalista, Margarida Maria Alves, trabalhadora do campo, líder sindical e aguerrida na defesa dos direitos humanos e trabalhistas, centenas de milhares de mulheres pelo Brasil se colocam altivas e proclamam: nós todas somos Margaridas.

Com os procedimentos organizadores as mulheres trabalhadoras do campo ficaram mais fortalecidas. Com mais compreensão política foi possível dar maiores passos em suas lutas e suas histórias, organizando-se melhor, e assim, construíram um movimento autônomo de caráter nacional. Afirmam que estão organizadas e prontas para produzir.

Com a realização de um congresso nacional no ano de 2004, as mulheres se tornaram mais resistentes, persistentes e propositivas com a criação do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC). Seguiram a partir das próprias análises e proposições, sem interferências impositoras, um movimento social de base, de classe, socialista, feminista, camponês e popular. Declararam como princípio de organização a incumbência da liberdade de todas as trabalhadoras, sem admitir qualquer tipo de opressão ou discriminação, de raça, de gênero, de sexualidade, de classe social. O processo de organização coletiva é um mecanismo de transformação da sociedade através da organização, da formação e das lutas sociais de resistência e de proposição. Para entender os processos de libertação, ilustramos com Paulo Freire que a

Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 1987, p. 17).

Nos dias atuais, pelos conhecimentos e afirmação dos direitos humanos, as mulheres camponesas não se calam diante da violência e da opressão, que antes eram impostas por pura certeza de impunidade. As organizações sociais libertadoras se opõem a todos os tipos de situações que sejam desfavoráveis ao bem viver. A perspectiva histórica, é de não desistir jamais, de lutar por mudanças de conceitos, de práticas sociais e de estruturas econômicas, políticas e institucionais, referentes principalmente de dominação e de subalternização das mulheres.

Com o conhecimento das camponesas sobre as necessidades de organizar-se, debater sobre seus direitos, sobre a natureza e os modos de produção, nasce a reflexão sobre o tipo de agricultura. Os cenários e as interações de aprendizagens demonstraram os métodos de destruição causadas pelos impactos ambientais, tanto na terra, na biodiversidade com culturas de plantios monoculturais e a expulsão das trabalhadoras rurais de suas terras. Os cenários de destruição e de dominação, impulsionaram as mulheres camponesas a se unirem e a juntarem forças, motivadas pela certeza da necessidade de avanços com as lutas políticas e culturais de democratização das relações humanas bem como projetos direcionadas às práticas agroecológicas. As camponesas lançaram em 2007, a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, que ampliou a produção de alimentos e diálogos com a sociedade sobre a importância da alimentação saudável. As proposições e projetos das mulheres do campo são bases para a transformação das estruturas de desigualdades sociais e das relações subalternização por questões de gênero, raça e classe social, projeto político e intelectual em consonância com as proposições defendidas e socializadas pela intelectual feminista Angela Davis (2016), que ao analisar e relacionar três matizes de dominação, indica a necessidade de três matizes de libertação. Neste sentido devem ser incorporadas nas pesquisas, análises e ações políticas de resistência e de proposição as situações das mulheres por serem mulheres, da identidade étnico-racial e das condições socioeconômicas próprias da classe trabalhadora.

Outro desafio enfrentado pelas mulheres do campo são as políticas públicas. Estas são historicamente assunto de lutas e de construções com as demais organizações da classe trabalhadora. Muitas conquistas foram construídas no decorrer das primeiras décadas do século XXI. Destacamos pela relevância da viabilidade do trabalho no campo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) regulamentado pela Lei 11.947/2009, além das bandeiras e programas de políticas públicas como o direito à moradia, o acesso à educação, o atendimento na saúde e a titulação conjunta da terra.

A partir das lutas das camponesas e com o fortalecimento da organização das mulheres, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) criou uma pauta especial para acabar com os comportamentos individuais e sociais de violência contra a mulher. Com a intenção de fortalecer na cultura camponesa, a autonomia e a geração de renda para superar e enfrentar toda e qualquer forma de violência sofrida pelas mulheres. E é através dessa

autonomia e fortalecimento das organizações populares que pensamos com Tiriba quando afirma que “é exatamente no sentido de fortalecer e dar organicidade às iniciativas associativas da economia popular que, hoje se constrói e se fortalece, em nível nacional e internacional, o modelo por uma economia popular solidária”. (TIRIBA, 2007, p. 87).

Quando se fertilizam as experiências de organização e de formação, com bases fortes e fortalecidas, em que se consegue apoiar e dar apoio, tudo se torna mais acessível, mais fácil, reunindo forças, criando laços, organizações possíveis de melhorias e segurança em defesa do bem viver comum.

O MMC esteve sempre firme na luta em defesa dos direitos das mulheres e na construção de uma sociedade solidária. A defesa ocorre com a realização de diversas ações, mobilizações de rua, debates, seminários, formações, proposições de políticas públicas. Mesmo assim, com todas as lutas, ocorrem retrocessos que afetam diretamente as camponesas. Pelas contradições e contraposições, na sociedade formada por classes sociais, as mulheres trabalhadoras camponesas estão em vigilância e presença política e cultural organizadora contínua.

Com a intenção de fortalecimento e avanço na construção de melhorias, nos últimos anos o Movimento de Mulheres Camponesas vem construindo a campanha sementes da resistência, articulando ações para semear esperança e tecer a libertação. Definiu-se a necessidade de se contrapor aos sistemas de produção das sementes transgênicas e da monocultura. O propósito era evidenciar para a sociedade a importância da semente crioula, e a defesa da sociobiodiversidade, para a melhoria da segurança e excelência alimentar, demonstrando experiências, o aprendizado histórico das mulheres na produção e diversificação de alimentos saudáveis. Em termos mais amplos tem como meta a construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica, feminista, para o enfrentamento da fome que assola o povo trabalhador e a construção do bom relacionamento entre os seres humanos e a natureza. É o que diz Gadotti quando se refere ao termo de bem viver.

[...], o conceito de bem viver refere-se à busca de uma vida digna, dentro das condições de que dispomos hoje, sem adiar a vida plena para amanhã, quando conseguirmos todas as condições concretas de bem viver. Ele implica no bem estar pessoal no ambiente onde vivemos e trabalhamos, implica manter relações interpessoais com ênfase na ética, no respeito e no companheirismo. (GADOTTI, 2009, p. 117).

Ao observarmos o que temos em nossa volta, as mulheres aprenderam a conservar a natureza, usufruir dos meios e de aproveitar em benefício da vida o que a natureza oferece. Os aprendizados e as atitudes de conservação possibilitam desfrutar com qualidade de vida os ecossistemas, a comunhão com o próximo e o desenvolvimento das culturas coletivas. As relações sociais das mulheres camponesas nas suas organizações provocam possibilidades econômicas, culturais e educacionais para que todas se beneficiem do trabalho associado, gerando as convivências solidárias, as felicidades, o respeito à natureza, ao meio ambiente e as culturas dos espaços e dos grupos sociais.

A luta das mulheres camponesas organizadas tem crescido no estado de Mato Grosso, conforme os estudos de Mendes, et al (2014), a organização das mulheres incentiva debates sobre desigualdades de gênero, a valorização do trabalho e a visibilidade cultural, da produção e dos saberes das mulheres camponesas. Na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, a organização das mulheres camponesas, tem um dos marcos organizatórios a formação do Grupo das Margaridas, em março de 2004 no Assentamento Margarida Alves, no município de Mirassol D'Oeste. O coletivo surgiu porque estavam preocupadas com a saúde da comunidade e a valorização das mulheres. Constatou-se no assentamento elas não encontravam formas de lazer e nem espaços que as identificassem no modo de vida, nas necessidades e nas possibilidades. A situação mudou quando iniciaram o trabalho em grupo cultivando plantas medicinais ao redor do Posto de Saúde, se constituindo em espaço utilizado para reuniões do grupo que promovem a capacidade de auto-organização.

A primeira atividade é o trabalho com plantas medicinais que contribuiu na constituição do grupo. Com o passar dos tempos, as mulheres sentiram a vontade de desenvolver outras atividades, que gerassem meios financeiros sob o controle e o trabalho da auto-organização. Na configuração da economia do assentamento, a maior renda das famílias vinha da venda do leite, que é atividade desenvolvida pelos maridos/companheiros e filhos, tendo eles o poder econômico e em consequência o poder de decisão.

Com o passar dos anos o grupo foi demonstrando preocupações para além da saúde da comunidade, também com o bem viver de todos/as os/as assentados/as. Então decidiram mobilizar a comunidade para outras questões como o problema com o uso dos agrotóxicos, melhorias das escolas, desigualdades de relações entre homens e mulheres e violência praticada contra a mulher. Também é realizado um trabalho de informação e de

conscientização em busca de conhecimentos e garantias para efetivar os direitos enquanto mulheres agricultoras.

A partir das experiências das mulheres do Projeto Assentamento Margarida Alves de Mirassol d'Oeste, conhecidas como Grupo das Margaridas, outros grupos de mulheres também foram se organizando e atualmente são oito grupos na região Sudoeste de Mato Grosso. O que ajudou para a criação dos grupos de mulheres foram as oficinas de utilização e aproveitamento dos frutos nativos do cerrado que são realizadas nos assentamentos da região Sudoeste de Mato Grosso em trabalhos de pedagogia da educação popular realizados pela Federação de Assistência Social e Educacional (FASE). Na atualidade as mulheres realizam o trabalho no campo se beneficiando do bioma da localidade, colhendo, beneficiando e comercializando os frutos do cerrado. São estes saberes e vivências que representam possibilidades de autoconhecimento, da ampliação e do aprofundamento da existência na comunidade e na afirmação da cultura e do meio ambiente.

O conceito de saberes do trabalho associado remete à análise das relações históricas entre trabalho e educação e, especificamente, entre trabalho e produção de saberes. Em um sentido ontológico, o trabalho é entendido como mediação dos seres humanos com a natureza, sendo elemento central na formação humana. Por meio do trabalho, objetivam-se as coisas da natureza e lhe conferem humanidade, humanizando-se com as criações e representações que produzem sobre o mundo. (FISCHER e TIRIBA, 2009, p. 293).

A partir do momento que se descobre os benefícios que podem ser encontrados através do conhecimento do local, onde se vive e das inúmeras oportunidades que oferece, e que usando esse conhecimento a favor de um bem comum, todos/as têm a possibilidade de serem beneficiados, tanto em conhecimento quanto em qualidade de vida.

A organização das mulheres extrativistas da região Sudoeste mato-grossense, foi um meio que elas utilizaram para reverter a condição de invisibilidade em áreas da reforma agrária. A extração dos frutos do cerrado gera renda, economia e proporciona melhorias na qualidade de vida no campo. Com a nova realidade na economia da mulher com seu trabalho valorizado no campo, tem-se mudanças no sistema das famílias camponesas e nos grupos de assentamentos. Na atualidade essas mulheres contribuem financeiramente com as despesas do lote/sítio e também com o desenvolvimento consistente dos assentamentos, o que propicia às mulheres a participação nas tomadas de decisões no âmbito familiar e nos assuntos ligados ao assentamento.

Desse modo, a organização das mulheres camponesas trouxe benefícios coletivos, podendo-se falar da melhoria na qualidade de vida das famílias, no aprendizado político, na inclusão na sociedade, do diálogo entre o poder público e a sociedade, o aumento da comunicação e da autoestima, a acessibilidade em financiamentos para custeios de créditos, mudanças nas relações de gênero e as transformações das estruturas mentais e institucionais da cultura do patriarcado.

5. Considerações finais:

Aprendemos destas reflexões que foi a partir das lutas e mobilizações das mulheres, com articulação e a união de forças, foi possível a criação de uma associação regional, denominada Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP). A relevância da associação é a meta de buscar soluções conjuntas para o enfrentamento dos desafios encontrados nos locais de vida e de trabalho. Tem como referência as ações políticas de organização e de conquistas de direitos e as atividades produtivas, a comercialização dos produtos, registros e documentos para firmar contratos, diminuição de altos custos de manutenção de uma associação. Nesse sentido a ARPEP promove as famílias de agricultoras camponesas extrativistas para partilhar interesses econômicos, sociais e a proteção ambiental.

As mulheres associadas à ARPEP precisaram enfrentar resistências culturais explícitas nas atitudes dos maridos/companheiros que exigiam delas o dever da realização dos afazeres domésticos como cuidar da casa, educar os filhos, cuidar do quintal e do meio rural. Enquanto isso os homens se responsabilizavam pelos trabalhos desenvolvidos no ambiente fora do lar bem como as atividades desenvolvidas no campo, na política e no comércio.

No campo da formação política dos grupos camponeses tradicionais e conservadores, era proibida a participação das mulheres em reuniões, pois, os maridos não aceitavam, sem contar que algumas mulheres viam as reuniões políticas organizativas como coisa de homens. Também, quando havia algum encontro como feira na cidade, as mulheres não podiam ir. Elas não tinham autorização dos maridos, tinham que cuidar dos filhos.

O cenário cultural de proibição às mulheres de participar começou a mudar quando tomaram a decisão de se organizar em termos políticos e econômicos. A

organização levou as mulheres a ter seu trabalho reconhecido com a geração de renda e contribuindo para as compras de produtos domésticos, essenciais na manutenção da família. No entanto, esse ponto nem sempre foi valorizado. Porém, conforme a produção passou a fazer diferença na complementação da renda, o trabalho das mulheres se tornou visível. Assim, a “concepção e prática estariam conscientemente articuladas em base sólida para se pensar o passado e o presente e projetar o futuro. Assim, na perspectiva de uma nova cultura do trabalho, os saberes do trabalho associado necessitam ser identificados, reconhecidos e legitimados”. (FISCHER, TIRIBA, 2009, p. 295).

Foi só depois de muito sofrimento, opressão, trabalho e lutas em busca de aprendizados e novos conhecimentos que as mulheres trabalhadoras camponesas tiveram seu valor reconhecido. Somente depois que provaram que são capazes de contribuir financeiramente dentro de suas famílias e politicamente nas organizações, que as mulheres se tornaram visíveis e conseguiram mudar o rumo de suas histórias.

Só a partir de muitos anos de mobilização das mulheres camponesas em busca de reconhecimento de seu trabalho, do direito à sindicalização, da garantia de autonomia financeira e produtiva, que as mulheres da ARPEP, inseridas nos movimentos sociais do campo, começaram a conhecer e denunciar as várias formas de desigualdades, que não percebiam antes da formação do grupo, e, a se constituir protagonistas da organização social do trabalho associado.

Para muitas mulheres a participação associativa e agroecológica a partir do trabalho com o extrativismo sustentável, foi o caminho para o empoderamento político. Foram nesses espaços que elas expuseram suas insatisfações com o sistema atual e procuraram construir novas possibilidades para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Hoje já conseguem ver alguns maridos levando suas esposas ao trabalho nas unidades de processamentos. Eles demonstram que entendem a ação de trabalho de suas esposas e se tornaram parceiros na organização. Existem muitos depoimentos de mulheres agricultoras dizendo que tiveram melhorias na saúde depois de começar a participação no trabalho do grupo de mulheres. Isso acontece por causa do empoderamento dessas mulheres, do aumento na socialização e da autoestima e da melhora na qualidade da alimentação. Observamos que muitas dessas mulheres associadas fazem pães, bolos,

bolachas, farinha, doces, entre outros produtos tendo como base o fruto do cerrado e na produção em seus lotes, que são utilizados também na alimentação da família.

No país, percebeu-se historicamente o trabalho na agricultura familiar e no agroextrativismo como atividade do homem. Mesmo com as mulheres desenvolvendo um papel decisivo na realização de atividades voltadas a produção e o manejo de recursos naturais, elas não tinham o mesmo valor que os homens. Em muitas regiões onde as mulheres saem para o campo e trabalham com suas famílias, é habitual ouvir dizer que elas apenas ajudam.

Esse tipo de atitude faz refletir a importância de todas as pessoas que atuam no campo olharem para as desigualdades existentes na sociedade. As mulheres precisam ser valorizadas em seus trabalhos e suas contribuições na agricultura. Também é necessário o posicionamento delas nas decisões familiares e nos espaços públicos das comunidades, dos sindicatos, das associações e dos conselhos. O papel e a inserção das mulheres atualmente têm crescido bastante nos espaços domésticos e nos espaços públicos. Na configuração da sociedade e dos meios sociais democráticos, têm acontecido muitas mudanças e as mulheres precisam e querem estar mais presentes nas tomadas de decisões, nos processos de ampliação e aprofundamento da democratização.

Referências

- DAVES, A. **Mulheres, Raça e Gênero**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EISLER, R. **A Verdadeira Riqueza das Nações**: criando uma economia solidária. Trad. Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2008.
- FISCHER, M. C. B. TIRIBA, L. Saberes do Trabalho Associado. In. CATTANI, A.D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P.. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 293-295.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à Prática Educativa. 65ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. **Economia Solidária Como Práxis Pedagógica**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009.
- HOOKS, B. **O Feminismo é para Todo Mundo**: políticas arrebatadoras. Trad. Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. da S.; NEVES, R. J.; SILVA, T. P. A Organização das mulheres extrativistas na região sudoeste mato-grossense. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2014. Disponível em,

<https://www.scielo.br/j/ref/a/CFxs7z7J6YtKHKMsfHk5ghm/?lang=pt>. Acesso em 26 Abri. 2022.

MEZADRI, A. M; CIMA, J. I; TABORDA, N. W; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2020.

TIRIBA, L. Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada. **Caderno Cedes**, Campinas, vol, 27, n. 71, p 87-88, jan./abril. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 Ago.2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.